



Grupo de Estudo de Desempenho Ambiental de Sistemas Elétricos-GMA

Agenda 2030 e ODS: uso de indicadores de Sustentabilidade Empresarial para conectar estratégias corporativas do Setor Elétrico Brasileiro às prioridades globais

KATIA CRISTINA GARCIA(1); LUCIANA ROCHA LEAL DA PAZ(1); ALEXANDRE MOLLICA(1); DANIELLA FETEIRA SOARES(2); CEPEL(1); Eletrobras(2);

RESUMO

O presente artigo discute possíveis caminhos a serem seguidos pelas empresas do Setor Elétrico Brasileiro para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentando sugestões de como integrar os mesmos às estratégias de negócios. A experiência destacada neste trabalho conclui que a definição de indicadores de sustentabilidade específicos e adequados possibilita a conexão das estratégias corporativas às prioridades globais representadas pelos ODS e podem garantir uma contribuição efetiva para o monitoramento e alcance dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Key Performance Indicators, Sustentabilidade, Agenda 2030

1.0 - INTRODUÇÃO

Desde 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cunhou o termo Desenvolvimento Sustentável no Relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido como o Relatório de Brundtland, que se tem buscado, a nível mundial, estratégias para atender às necessidades e aspirações do presente prevendo a garantia de recursos naturais para as gerações futuras. O Relatório menciona também o importante papel das empresas multinacionais em direção ao desenvolvimento sustentável, indicando que medidas específicas de negociação entre países em desenvolvimento e as multinacionais devem estar inseridas em um contexto mais amplo de cooperação efetiva. Esta cooperação deve visar a geração de um sistema econômico internacional comprometido com o crescimento e a eliminação da pobreza no mundo.

Uma das estratégias mundialmente adotadas para tal foi a Declaração do Milênio das Nações Unidas. A declaração definia valores como liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum, além de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dezoito metas com horizonte até 2015.

Em 2014, uma proposta de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi estabelecida com o intuito de ampliar e dar continuidade aos ODM para o horizonte de 2015 a 2030. A nova agenda, expressa em 17 ODS e 169 metas, destaca que além das ações de caráter governamental, é essencial que as empresas contribuam e assumam sua responsabilidade na solução dos problemas globais, como já apontado em 1987 pelo Relatório de Brundtland.

Olhando especificamente para a relevância dos ODS no setor elétrico, nota-se que este, além de ter um caráter estratégico para a economia brasileira e para a sociedade como um todo, também é um dos setores considerados chave no âmbito das discussões sobre mudanças do clima, seja no que se refere à mitigação e necessidade de

redução das emissões de gases de efeito estufa e ampliação de fontes renováveis na matriz elétrica, seja em relação às questões de adaptação. Tal afirmação corrobora as conclusões do estudo da Rede Brasil do Pacto Global, sobre integração dos ODS no Setor Elétrico Brasileiro, que menciona a ligação importante e direta do setor com diversos ODS, como o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e ODS 13 (Ação Climática).

Nas Empresas Eletrobras, o compromisso da Agenda 2030 está sendo trabalhado como parte integrante da agenda administrativa, seguindo a metodologia do SDG Compass. Esta metodologia foi elaborada pela GRI em conjunto com Pacto Global, WBCSD e a ONU, a fim de orientar a ação das empresas para implantação dos ODS em suas estratégias de negócios.

O primeiro passo definido pela metodologia é o mapeamento dos impactos atuais, potenciais, positivos e negativos de suas atividades nos ODS, em toda cadeia de valor. O segundo passo é selecionar os indicadores e definir uma forma de coleta. No passo 3, são estabelecidas prioridades para planos de ação e melhoria, com estabelecimento de metas. Para isto deve-se selecionar os KPIs (key performance indicators) adequados de forma a garantir uma boa condução, monitoramento e comunicação dos resultados. No passo 4, as metas de sustentabilidade são integradas às estratégias de negócio, e no passo 5, todo o processo e progresso deve ser relatado e comunicado às partes interessadas.

Neste artigo é detalhada a etapa de definição de indicadores, metas e processos de monitoramento para o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 13, estabelecidos como dois dos cinco ODS prioritários para a Agenda 2030 das Empresas Eletrobras, destacando a importância da existência e utilização de dados históricos. A seleção dos indicadores foi realizada com base em critérios de relevância, adequação estatística, tempestividade, qualidade dos dados e cobertura. Os indicadores selecionados estão sendo monitorados por um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Empresarial, desenvolvido in company, denominado Sistema IGS.

2.0 - DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM) AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os ODS são o produto do processo de globalização. Seu nascimento ocorre no final da década de 1990, muito antes da Declaração de 2000, que lança os ODM, que são, de certo modo, os antecedentes dos atuais ODS. O trabalho realizado no âmbito da OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, na década de 90 resultou em um relatório, datado de 1996, que propõe uma série de indicadores que iriam, posteriormente, compor os ODM, estabelecidos alguns anos depois pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ao longo dos anos a comunidade internacional se esforçou para atingir os ODM, e em 2010 iniciou-se um processo de questionamento sobre a continuidade ou não do acompanhamento dos mesmos, uma vez que a busca pelo desenvolvimento sustentável continuava sendo necessária. A Secretaria-Geral da ONU lançou, então, um novo grande painel, o chamado painel de alto nível para a agenda de desenvolvimento pós-2015, que ficou com a tarefa de escrever, imaginando o que poderia ser uma continuação destes ODM. Em maio de 2013, este painel, após extensas consultas do governo, sociedade civil e muitos especialistas em desenvolvimento, produziu um novo relatório, uma recomendação que propõe uma série de novos objetivos a serem tomados, a sucessão dos ODM, os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que seriam validados dois anos depois na Assembleia Geral da ONU.

A diferença fundamental entre o relatório lançado em 1996 e este, lançado em 2013 é a constatação de que não se trata mais de estabelecer metas apenas para os países em desenvolvimento, mas sim para todo o planeta. Tanto os países ricos quanto os pobres têm seus problemas e todos esses problemas devem ser tratados ao mesmo tempo e por todos. O relatório ainda pontua que o ator principal do progresso social e progresso ambiental não são as transferências tecnológicas e de recursos financeiros, a assistência oficial ao desenvolvimento ou ajuda privada, mas sim o crescimento econômico. Este relatório fala primeiro sobre o crescimento e o papel deste crescimento na erradicação da pobreza. Ele fala ainda sobre a inclusão, redistribuição e sustentabilidade deste crescimento. O relatório também destaca a importância da governança e o papel das instituições.

Todo o trabalho de negociação internacional é levado a cabo pelo Secretariado Geral das Nações Unidas, e após dois anos emerge o conjunto de metas globais para o planeta, uma função única do “futuro que queremos até 2030”, “sem deixar ninguém pra trás”, como cunhado no slogan do relatório de 2013 (“Leave No One Behind”), ou seja sem excluir destes objetivos e metas nem os países industrializados nem países mais pobres, nem os atores públicos nem os privados, incluindo esforços de toda a comunidade internacional, de todo o planeta. Em relação aos ODM, os ODS são um grande passo à frente, quase uma quebra de paradigma, uma ambição de convergência, de reunião, de federação, para transformar o planeta, uma espécie de busca de unidade e coerência que contrasta fortemente com as perturbações atuais do mundo, com a fragmentação que tem-se observado nos últimos anos.

Por outro lado, dois grandes temas permanecem fora dessas negociações e talvez sejam assuntos para serem abordados nas próximas rodadas: cultura e direitos humanos. Pode-se dizer que o esforço para construir os ODS é uma meta de construção a partir dos direitos, dos direitos dos homens, mas também dos direitos da natureza.

Porém, a linguagem de direitos é cuidadosamente evitada porque o contexto da discussão internacional se depara com vários regimes, inclusive autoritários, dentro da Assembléia Geral das Nações Unidas.

2.1 IMPLANTAÇÃO DOS ODS NO BRASIL

O Brasil foi uma referência mundial e um dos principais interlocutores nas fases de negociação dos ODS na ONU. Este importante papel deu ao país um assento no High Level Group que acompanha a implementação dos ODS no mundo.

No país, a estrutura de governança dos ODS é dada pela Comissão Nacional, estabelecida em 2016. O órgão central é representado pela Secretaria de Governo da Presidência (Segov/PR) e tem como papel internalizar, disseminar e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil. A Comissão é composta por 32 representações, formadas pela sociedade civil e governo. São órgãos de assessoramento permanentes o IBGE e IPEA, responsáveis principalmente pela definição e acompanhamento dos indicadores. A Figura 1 mostra todas as instituições que compõe tal estrutura de governança.



FIGURA 1 – Estrutura de Governança da Agenda 2030 no Brasil

Como forma de acompanhar a implementação dos ODS, o IPEA analisou e adaptou as metas e os indicadores definidos pela ONU para a realidade brasileira. Hoje, os indicadores são monitorados pelo IBGE e seu estágio de desenvolvimento, protocolos e valores coletados podem ser acompanhados pelo site <https://ods.ibge.gov.br>.

Hoje, do total de 244 indicadores pré-definidos, 66 possuem protocolos, 85 estão em análise, 48 sem dados, 38 sem metodologia definida e 7 não são aplicáveis à realidade do Brasil a Figura 2 resume este panorama.

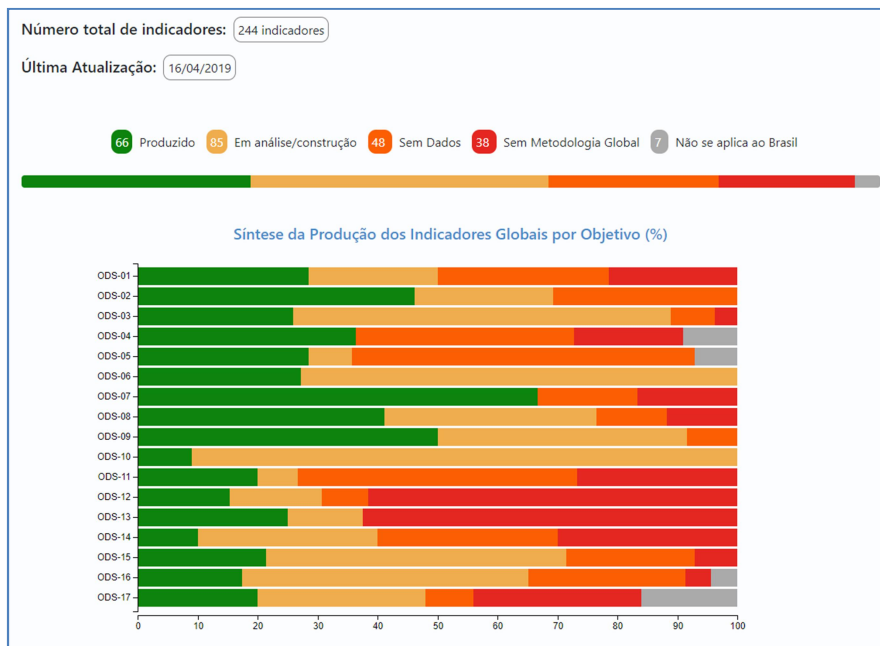


FIGURA 2 – Status do desenvolvimento e coleta dos indicadores da Agenda 2030 no Brasil (fonte: IBGE, 2019)

Estes indicadores monitorados pelo IBGE referem-se ao Brasil como um todo. Porém, neste esquema de governança, o papel da iniciativa privada é de extrema importância para auxiliar no alcance dos ODS, conforme definidos pela ONU. De acordo com o CEBDS (2018), na medida em que os ODS formam a agenda global para o desenvolvimento das nossas sociedades, eles permitirão que as empresas líderes demonstrem como os seus negócios ajudam no avanço do desenvolvimento sustentável, tanto minimizando os impactos negativos quanto maximizando os impactos positivos nas pessoas e no planeta.

Para tal, as empresas precisam se inspirar nos indicadores sugeridos pela ONU para as nações, e adaptá-los, para suas realidades e seus negócios. Para auxiliar neste processo foi criada a metodologia SDG Compass. Desenvolvido originalmente pelo Global Reporting Initiative (GRI), UN Global Compact e World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), o documento promove o entendimento sobre o processo de construção e definição dos ODS, recomenda o alinhamento das metas internas já estabelecidas pelas empresas aos ODS e trata do mapeamento do impacto dos ODS ao longo da cadeia de valor como parte de um passo a passo a ser seguido para que os ODS sejam internalizados na estratégia dos negócios. A Figura 3 resume as etapas da metodologia.



FIGURA 3 – Passos da Metodologia SDG Compass (fonte: CEBDS, 2018)

A etapa de definição de prioridade é onde identifica-se os temas mais relevantes para o negócio da empresa e inicia-se a definição dos indicadores pertinentes. Para tal, a metodologia propõe um mapeamento da cadeia de valor para identificar as áreas de impacto, tanto positivos, quanto negativos, e então permitir a seleção dos indicadores adequados. Nesta etapa também está prevista a definição dos detalhes da coleta de dados. Na etapa seguinte, de definição de metas, são estabelecidos os limites e objetivos de melhorias da empresa, para contribuir ao alcance dos ODS. Este é um aspecto chave que identificará a real contribuição das empresas à Agenda 2030, e a integração da mesma nas suas estratégias de negócios. Para tal é preciso que a empresa defina o escopo das metas e selecione os indicadores (KPIs) que irão acompanhar o seu alcance ou não. A definição de uma linha de base, considerando o histórico de acompanhamento destes KPIs também é importante para verificar a real contribuição das ações que serão desenvolvidas em direção aos ODS correspondentes.

2.2 ODS no Setor Elétrico Brasileiro

No Setor Elétrico Brasileiro, o trabalho com identificação e priorização dos ODS a serem trabalhados tem sido desenvolvido por várias empresas. O estudo realizado pelo Pacto Global, em parceria com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP), e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), realizado no âmbito da iniciativa “Integração dos ODS no Setor Elétrico Brasileiro”, mostrou que das 20 organizações participantes, 65% informaram já considerar a Agenda 2030 em suas estratégias de negócios para a promoção de boas práticas (Caldana et al., 2018). O objetivo do estudo é analisar os principais impactos e oportunidades de negócios para o setor elétrico brasileiro que surgem da agenda dos ODS e a aplicação da metodologia SDG Compass nas empresas.

Entre os resultados da pesquisa estão dois mapeamentos sobre quais são os ODS mais relevantes para o setor em termos de contribuições para o alcance das metas e oportunidades de negócios. O estudo mostra diferentes mapas, de acordo com as áreas de atuação das empresas, separando as de geração das de transmissão e distribuição de energia elétrica.

O ODS 7 foi elencado em primeiro lugar por todas as empresas participantes do estudo, tanto como oportunidades de negócios para o setor, como em termos dos impactos para o cumprimento das metas definidas pela Agenda 2030 (Caldana et al., 2018).

Para as empresas de distribuição e transmissão, aparecem ainda os ODS 9, 12 e 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Os menos relevantes foram os ODS 1 — Erradicação da Pobreza —, 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável — e 14 — Vida na Água (Caldana et al., 2018).

As empresas de geração também apontaram o ODS 7 em primeiro lugar quanto aos impactos que suas atividades podem ter no alcance das metas. Mas em termos de oportunidades de negócios, o ODS de nº 9 foi apontado como o de maior relevância. Destacam-se ainda os ODS 13 — Ação contra a Mudança Global do Clima — e 12 (Caldana et al., 2018).

Seguindo este movimento, a Eletrobras, assim como outras empresa do setor, realizou ao longo de 2017 a priorização dos ODS mais relevantes para seu negócio. Dentre os priorizados estão o ODS 7, 8, 9, 13 e 16. Para cada um dos ODS foram mapeados indicadores específicos considerando critérios de relevância, adequação estatística, tempestividade, qualidade dos dados e cobertura, seguindo as orientações da metodologia SDG Compass. A Figura 4 resume o processo de integração da estratégia empresarial aos ODS em 2017.

Os indicadores selecionados estão sendo monitorados desde 2018, por meio do Sistema de Indicadores de Gestão de Sustentabilidade (IGS), para os indicadores ambientais, e por meio de planilhas, para os demais indicadores. O processo contínuo de monitoramento dos indicadores ambientais (que já existe desde 2009), vem permitindo a análise estatística de dados históricos e estudos de metas que sejam ao mesmo tempo apropriadas à realidade das empresas, e que contribuam efetivamente para o alcance dos ODS. A Tabela 1 mostra alguns exemplos de KPIs selecionados para os ODS relacionados à Dimensão Ambiental da Sustentabilidade, e que vêm sendo acompanhados pelo Sistema IGS.

Tabela 1 – Exemplos de indicadores selecionados para monitorar alguns ODS priorizados

ODS 9	Consumo de energia elétrica (MWh e GJ)	Meta 9.4
ODS 9	Consumo de água da rede de abastecimento (m3)	Meta 9.4
ODS 13	Consumo de combustíveis fósseis (m3 e GJ)	Meta 13.2



FIGURA 4 – Processo de Integração da estratégia aos ODS (Eletrobras, 2018)

A escolha de indicadores para monitoramento das ações alinhadas às metas dos ODS que já possuíam um histórico de coleta ao longo do tempo foi importante para construir uma base de dados adequada que permite a realização de previsões, estabelecimento de intervalos de confiança, bem como limites de metas futuras, adequadas às realidades das empresas.

Para atender tal finalidade uma metodologia vem sendo desenvolvida, inspirada nas recomendações do SDG Compass e baseada em seis passos:

- Coleta de dados históricos para identificação de séries temporais;
- Remoção de outliers;
- Redefinição de séries temporais;
- Aplicação de métodos de previsão
- Identificação de intervalos de confiança para definição de metas para cada indicador e cada empresa;
- e por fim, definição de metas da empresa como um todo e de cada empresa individualmente.

Este processo encontra-se em fase de validação e possui um caso teste já realizado com uma das empresas do Sistema Eletrobras, com resultado satisfatório. Para este caso foi possível observar que a definição de indicadores para monitoramento dos ODS seguindo a metodologia e os critérios estabelecidos pelo SDG Compass auxilia na definição de metas e acompanhamento do progresso da atuação da empresa no contexto da Agenda 2030.

As Figuras 5, 6 e 7 mostram resultados da aplicação dos passos da metodologia, dos itens (a) a (e) para uma das

empresas estudadas, em relação ao indicador de consumo de água, atrelado ao ODS 9.

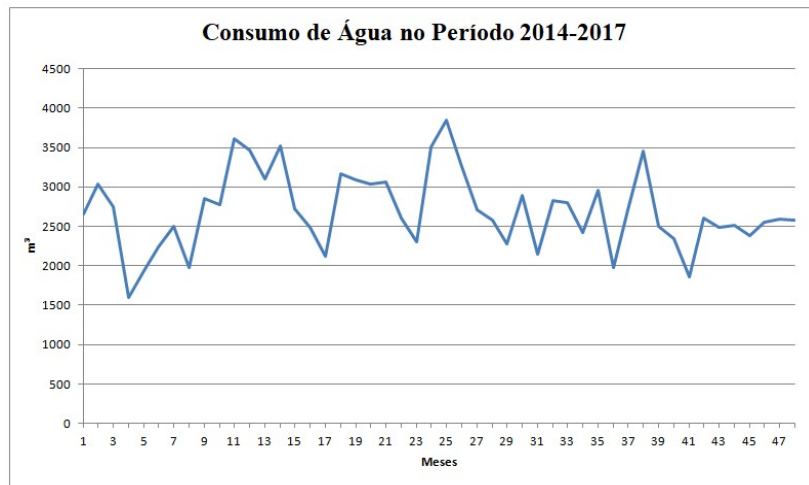


FIGURA 5 – Exemplo de série temporal para o consumo de água em uma empresa, para monitoramento do ODS 9

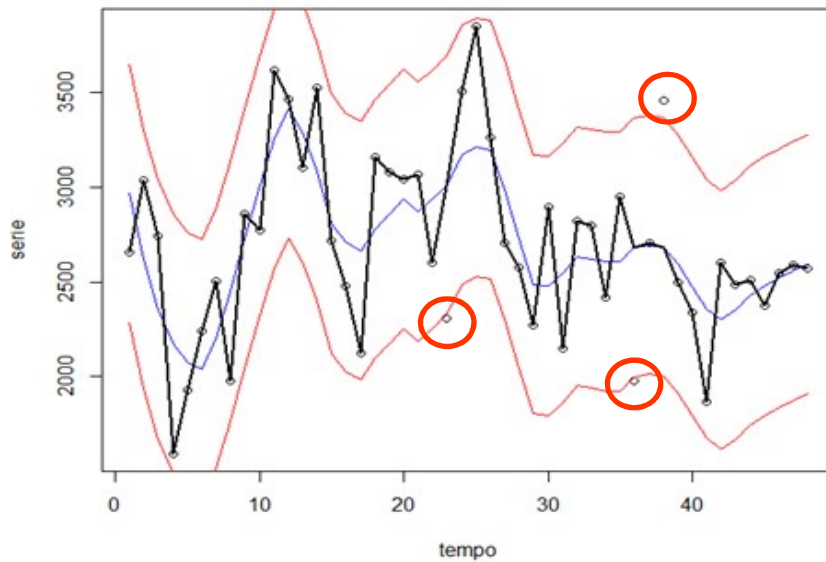


FIGURA 6 – Série temporal de consumo de água com identificação de outliers

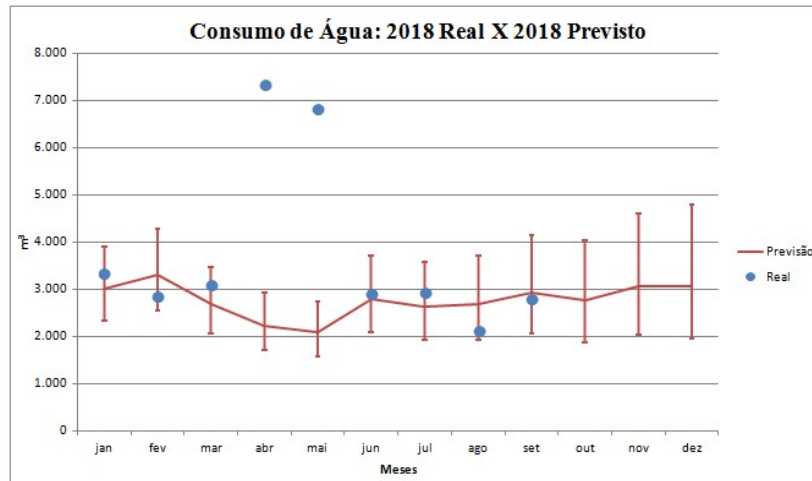


FIGURA 7 – Previsão a partir da série ajustada e comparação com o realizado

Para este exemplo, nota-se que a identificação de outliers e redefinição da série histórica foi importante para que a previsão da série futura fosse construída com menor margem de erro. Para os dados de 2018, observa-se que a maior parte das medições coincidiu a linha da previsão e o intervalo de confiança identificado (intervalo de confiança de 95%).

3.0 - CONCLUSÃO

A Agenda 2030 é uma realidade internacional e a participação do setor privado é essencial para que as prioridades e aspirações apontadas pelos ODS sejam efetivas, juntamente com as ações governamentais e participação da sociedade civil. Para garantir que o papel do setor privado seja efetivo e que os ODS estejam verdadeiramente incorporados nas estratégias corporativas de forma alinhada às prioridades globais é preciso que sejam avaliados os impactos positivos e negativos ao longo de toda cadeia de valor. A partir deste mapeamento e com base em dados históricos é possível identificar KPIs mais adequados que podem ser acompanhados visando monitorar o progresso em relação aos ODS correspondentes, previamente priorizados.

No setor elétrico brasileiro este trabalho já vem sendo realizado por algumas empresas. No caso da Eletrobras foram priorizados os ODS 7, 8, 9, 13 e 16 e um conjunto de KPIs foi definido para acompanhamento de cada uma das metas relacionadas aos ODS, seguindo a metodologia SDG Compass. Para os ODS referentes à dimensão ambiental da sustentabilidade (ODS 9 e ODS 13) foram utilizados como linha de base os dados coletados a partir do Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade (Sistema IGS), que desde 2010 vem acompanhando uma série de variáveis relacionadas ao desempenho ambiental da empresa. Tais dados também estão sendo utilizados para validar uma metodologia com base em análises estatísticas, que permite a construção de séries temporais e aplicação de métodos de previsão para auxiliar na definição de metas alinhadas às metas dos ODS priorizados. Observou-se que a escolha de indicadores com base histórica para os ODS priorizados contribui para a definição de metas factíveis e ousadas, ao mesmo tempo, além de permitir que os ODS sejam efetivamente inseridos nas estratégias corporativas da empresa.

4.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Caldana, Adriana & Kruger, Caroline & Pacheco, Larissa & Alves, Marlon & Macini, Nayele. (2018). Integração dos ODS no Setor Elétrico Brasileiro.
- (2) CEBDS, 2018. Guia ODS para Empresas. Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios.
- (3) Eletrobras, 2018. Relatório Anual. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Relatorio-Anual.aspx>. Acesso em abril de 2019.
- (4) IBGE, 2019. Sítio da Internet.: <https://ods.ibge.gov.br>. Acesso em abril de 2019.

5.0 - DADOS BIOGRÁFICOS

*Katia Garcia*

Pós-Doutorado em Adaptação à Mudança Climática Global pela Université Grenoble Alpes (IEPG-UJF-UPMF) em 2015, Doutora em Planejamento Energético e Ambiental pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (PPE/COPPE/UFRJ, 2007), Mestre em Engenharia de Produção (PEP/COPPE/UFRJ, 2001) e Engenheira Química pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998). Atualmente é pesquisadora do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL/ELETROBRAS) e membro do Cigré, C3. Tem experiência na área de Planejamento Energético e Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), Avaliação de Riscos e Avaliação de Impactos Ambientais, Sustentabilidade Empresarial, Responsabilidade socioambiental e Adaptação à Mudança Climática.